

Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS A 31/12/2025 CNPJ nº 06.881.898/0001-30

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

- <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 06 de março de 2026, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL <i>(Em milhares de reais)</i>			
Ativo	31/12/2025	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2025
Circulante e Não Circulante.....	9.652.188	Circulante e Não Circulante.....	8.154.285
Disponibilidades.....	11.436	Depósitos.....	672.461
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	750.475	Depósitos à Vista.....	14.869
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	750.475	Depósitos Interfinanceiros.....	657.592
Títulos e Valores Mobiliários.....	17.379	Relações Interfinanceiras.....	4.450.689
Carteira Própria.....	17.379	Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar.....	13.267
Operações com Característica de Concessão de Crédito.....	8.140.045	Demais Provisões.....	53.521
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos.....	9.318.356	Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas.....	143.448
(Provisão para Perda de Crédito Esperada).....	(1.178.311)	Obrigações Fiscais Correntes.....	141.732
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos.....	645.022	Obrigações Fiscais Diferidas.....	1.716
Ativos Fiscais Correntes.....	5.058	Outros Passivos.....	2.820.899
Ativos Fiscais Diferidos.....	639.964		
Outros Ativos.....	87.831		
Permanente.....	950	Patrimônio Líquido.....	1.498.853
Imobilizado.....	557	Capital Social.....	846.549
Outras Imobilizações.....	28.645	Reservas de Capital.....	32.076
(Depreciações Acumuladas).....	(28.088)	Reservas de Lucros.....	620.228
Intangível.....	393		
Ativos Intangíveis.....	2.636		
(Amortização Acumulada).....	(2.243)		
Total do Ativo.....	9.653.138	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido.....	9.653.138

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO <i>(Em milhares de reais)</i>			
	01/07 a	01/01 a	
	31/12/2025	31/12/2025	
Receitas da Intermediação Financeira.....	638.499	1.270.508	
Resultado de Operações com Característica de Concessão de Crédito.....	616.318	1.239.421	
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários e Outros.....	22.181	31.087	
Despesas da Intermediação Financeira.....	(19.845)	(39.194)	
Depósitos.....	(18.769)	(37.115)	
Empréstimos e Repasses.....	(1.076)	(2.079)	
Resultado da Intermediação Financeira Antes da Perda de Crédito Esperada.....	618.654	1.231.314	
Resultado da Perda de Crédito Esperada.....	(453.909)	(897.296)	
Despesa de Provisão para Perda de Crédito Esperada.....	(539.724)	(1.074.200)	
Receita de Recuperação de Ativos Financeiros Baixados como Prejuízo.....	85.815	176.904	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....	164.745	334.018	
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais.....	146.131	317.048	
Receitas de Prestação de Serviços.....	636.427	1.311.634	
Despesas de Pessoal.....	(2.570)	(5.671)	
Outras Despesas Administrativas.....	(209.780)	(414.785)	
Despesas de Demais Provisões.....	(18.460)	(33.357)	
Provisões Cíveis.....	(5.092)	(9.868)	
Provisões Trabalhistas.....	(13.367)	(23.622)	
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos.....	(1)	133	
Despesas Tributárias.....	(75.861)	(153.963)	
Outras Receitas Operacionais.....	1.055	3.433	
Outras Despesas Operacionais.....	(184.680)	(390.243)	
Resultado Operacional.....	310.876	651.066	
Resultado não Operacional.....	(24)	(194)	
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro.....	310.852	650.872	
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(74.084)	(209.469)	
Devidos sobre Operações do Período.....	(53.486)	(277.903)	
Referentes a Diferenças Temporárias.....	(20.598)	68.434	
Lucro Líquido / (Prejuízo).....	236.768	441.403	
Quantidade de Ações.....	983.616.382	983.616.382	
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R\$.....	0,24	0,45	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE <i>(Em milhares de reais)</i>			
	01/07 a	01/01 a	
	31/12/2025	31/12/2025	
Lucro Líquido / (Prejuízo).....	236.768	441.403	
Total de Outros Resultados Abrangentes.....	--	--	
Total do Resultado Abrangente.....	236.768	441.403	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO <i>(Em milhares de reais)</i>						
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros Legal	Estatutária	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01/07/2025.....	724.300	154.325	62.965	425.328	--	1.366.918
Aumento / (Redução) de Capital.....	122.249	(122.249)	--	--	--	--
Total do Resultado Abrangente.....	--	--	--	--	236.768	236.768
Lucro Líquido / (Prejuízo).....	--	--	--	--	236.768	236.768
Destinações:						
Reservas.....	--	--	22.070	109.865	(131.935)	--
Dividendos.....	--	--	--	--	(104.833)	(104.833)
Saldos em 31/12/2025.....	846.549	32.076	85.035	535.193	--	1.498.853
Mutações do Período.....	122.249	(122.249)	22.070	109.865	--	131.935
Saldos em 01/01/2025.....	724.300	154.325	62.965	318.293	--	1.259.883
Aumento / (Redução) de Capital.....	122.249	(122.249)	--	--	--	--
Dividendos.....	--	--	--	(97.600)	--	(97.600)
Total do Resultado Abrangente.....	--	--	--	--	441.403	441.403
Lucro Líquido / (Prejuízo).....	--	--	--	--	441.403	441.403
Destinações:						
Reservas.....	--	--	22.070	314.500	(336.570)	--
Dividendos.....	--	--	--	--	(104.833)	(104.833)
Saldos em 31/12/2025.....	846.549	32.076	85.035	535.193	--	1.498.853
Mutações do Período.....	122.249	(122.249)	22.070	216.900	--	238.970

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2025 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2025 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (FIC ou empresa) tem por objeto a prática de todas as operações permitidas, nas disposições legais e regulamentares, às sociedades de crédito, financiamento e investimento, a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, bem como a atuação e desempenho das funções de correspondentes no País.

As operações da FIC são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstração Contábeis foram aprovadas pelos órgãos de governança em 06 de março de 2026.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A empresa adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 desta Resolução. Mais informações sobre os efeitos da transição normativa estão detalhadas na nota 2b I – Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2025

Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros

Estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA <i>(Em milhares de reais)</i>			
	01/07 a	01/01 a	
	31/12/2025	31/12/2025	
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado.....	817.074	1.484.075	
Lucro Líquido / (Prejuízo).....	236.768	441.403	
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo):.....	580.306	1.042.672	
Perda de Crédito Esperada com Instrumentos Financeiros.....	539.724	1.074.200	
Depreciações e Amortizações.....	182	327	
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões.....	1.635	4.048	
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências.....	18.461	33.116	
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia.....	(294)	(585)	
Tributos Diferidos.....	20.598	(68.434)	
Variações de Ativos e Passivos.....	(405.408)	(1.107.261)	
(Aumento) / Redução em Ativos.....			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(11.273)	(162.760)	
Títulos e Valores Mobiliários.....	(1.159)	(2.130)	
Operações com Característica de Concessão de Crédito.....	(906.538)	(870.002)	
Relações Interfinanceiras (Ativos / Passivos).....	14.234	(240.875)	
Ativos Fiscais.....	(797)	(433)	
Outros Ativos.....	259.661	23.748	
(Redução) / Aumento em Passivos.....			
Depósitos.....	7.250	974	
Obrigações Fiscais.....	50.163	136.332	
Demais Provisões e Outros Passivos.....	260.974	245.091	
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(77.923)	(237.206)	
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais.....	411.666	376.814	
(Aquisição) / Alienação de Distrato de Contratos do Intangível.....	(410)	(410)	
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento.....	(410)	(410)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	--	(97.600)	
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento.....	--	(97.600)	
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa.....	411.256	278.804	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período.....	187.895	320.347	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período.....	599.151	599.151	
Disponibilidades.....		11.436	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		587.715	

associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de *hedge*. A adoção foi prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de *hedge* e do ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

A empresa considera que as novas classificações de instrumentos financeiros não produziram efeitos no Patrimônio Líquido. Em relação a perda esperada associadas ao risco de crédito, houve uma redução no Ativo de R\$ (331.950), referente a Perda de Crédito Esperada de Operações com Característica de Concessão de Crédito em contrapartida do Patrimônio Líquido, correspondente a R\$ (199.170), líquido dos efeitos fiscais.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

I - Ativos e Passivos Financeiros

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (CA):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, principalmente Aplicações e Captações.

- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios de classificação ao Custo Amortizado e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. Demonstrado no Balanço Patrimonial em Títulos e Valores Mobiliários

b) Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros

Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

Perda de Crédito Esperada: Para a avaliação da perda de crédito esperada associada aos instrumentos financeiros (exceto instrumentos patrimoniais, derivativos, títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado no nível 1 da hierarquia de valor justo) e aos compromissos de créditos e créditos a liberar não canceláveis, aplica-se a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito.

- Estágio 1 - considera os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito ou cujo risco de crédito diminuiu significativamente.

- Estágio 2 - considera todos os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos instrumentos financeiros cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial ou que deixou de ter problemas de recuperação de crédito, mas seu risco de crédito não diminuiu significativamente.

- Estágio 3 - aplicável aos ativos problemáticos, para os quais é considerado uma probabilidade de default (PD) de 100%.

NOTA 3 - OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Composição da Carteira de Operações com Característica de Concessão de Crédito

A carteira de Operações de Crédito é classificada como custo amortizado e composta principalmente por pessoas físicas no montante de R\$ 9.318.356, sendo o valor justo dessas operações o montante de R\$ 9.318.356. Do total, R\$ 8.931.325 estão classificados no circulante e R\$ 387.031 no não circulante e estão distribuídas da seguinte forma: R\$ 7.275.134 no estágio 1, R\$ 1.053.877 no estágio 2 e R\$ 989.345 no estágio 3. A classificação das provisões para perda de crédito esperada é: R\$ (194.267) no estágio 1, R\$ (323.791) estágio 2 e R\$ (673.520) estágio 3.

No período, foram baixadas operações com característica de concessão de crédito (*Write-Off*) no montante de R\$ (1.108.269), em razão da ausência de expectativa razoável de recuperação.

A Provisão para Perda de Crédito Esperada contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (13.267).

Do saldo total dos 3 estágios, R\$ 630.720 são de operações renegociadas, das quais 74,9% referem-se a operações reestruturadas.

NOTA 4 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) Reorganização Societária

Em 5 de dezembro de 2025, o Itaú Unibanco S.A. celebrou contrato de compra das participações societárias atualmente detidas, direta ou indiretamente, pela Companhia Brasileira de Distribuição e pelo Grupo Casas Bahia S.A. na FIC.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após as aprovações regulatórias necessárias.

ESTADÃO

VEM PENSAR COM A GENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONDESU

ATO DA SUPERINTENDÊNCIA Nº 16/2026

“Prorroga a vigência do Edital de Credenciamento nº 01/2025 no âmbito do CONDESU e dá outras providências.” O Superintendente do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável – CONDESU, Julio Cezar Simon Carmona, no uso de suas atribuições estatutárias, RESOLVE: Art. 1º. Prorrogar, por 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Edital de Credenciamento nº 01/2025, que passa a ter como termo final o dia 16 de março de 2027. Art. 2º. A validade da presente prorrogação se vincula à disponibilização, pelos municípios consorciados, das dotações e recursos orçamentários, de acordo com o Contrato de Rateio Anual para os exercícios de 2026 e 2027. Art. 3º. A superveniência de novo Edital de Credenciamento com o mesmo objeto implicará na revogação da vigência do Edital de Credenciamento nº 01/2025, passando a vigorar o novo Credenciamento a partir da data de sua publicação, sem prejuízo dos atos já praticados com fundamento no Edital de Credenciamento nº 01/2025 e suas prorrogações. Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Cosmópolis, 13 de março de 2026

JULIO CEZAR SIMON CARMONA - Superintendente

Edital de Convocação A.G.O - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS SECAS E MOLHADAS, EMPRESAS DE LOGÍSTICA E SETOR DIFERENCIADO DE JUNDIAÍ E REGIÃO,

pelo presente edital CONVOCA todos os trabalhadores administrativos e operacionais pertencentes a esta categoria profissional, associados ou não do sindicato, que prestam serviços nas empresas de transportes rodoviários de cargas, secas, líquidas, gasosas e logísticas, bem como os trabalhadores Motoristas da Categoria Profissional Diferenciada, associados ou não do sindicato que prestam serviços nas empresas do segmento diferenciado da indústria, comércio, limpeza urbana e construção civil sediadas na base territorial deste sindicato, abrangendo as empresas sediadas na base territorial de Jundiaí, Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Jarinu, Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, Louveira, Itatiba, Vinhedo, Itupeva e Morungaba, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária**, que será realizada no dia 28 de março de 2026, na Avenida Jundiaí, nº 268, Bairro Anhangabaú - Jundiaí/ SP, às 9 horas em primeira convocação. Caso não seja atingido o quórum legal a mesma será realizada em segunda convocação, às 10 horas, nos termos estatutários, com qualquer número de trabalhadores presentes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1º** - Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembleia anterior; **2º** - Formulação e aprovação da Pauta de Reivindicações a ser apresentada aos sindicatos patronais, tendo em vista a Data-Base da Categoria Profissional em 1º de Maio; **3º** - Discussão e fixação do valor da Contribuição Assistencial Negocial, respeitando o direito de oposição dos trabalhadores quanto à aludida contribuição; **4º** - Autorização para a Diretoria do Sindicato assinar Convenção Coletiva, Acordo Coletivo de Trabalho ou instaurar Dissídio Coletivo de Trabalho, caso malogre a tentativa conciliatória. Jundiaí/SP, 16 de março de 2026.

Reinaldo Dias Rabelo - Presidente.